



REDACÇÃO PRINCIPAL
ALEXANDRE VIEIRA
Propriedade da Confederação Geral do Trabalho
EDITOR — JOAQUIM CARDOSO

Redacção, administração e tipografia, Calçada do Cambro, 38-A, 2.º
Lisboa — PORTUGAL

Endereço telegráfico: Taltaba-Lisboa • Telefone 5338 O.

Officinas de impressão — Rua da Atalaia, 114 e 116

DIÁRIO DA MANHÃ — PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

UMA JORNADA REVOLUCIONÁRIA

A CONFERÊNCIA DO DR. CAMPOS LIMA sobre as propostas de finanças

A conferência realizada ontem no Teatro Nacional foi, acima de tudo, uma demonstração eloquentíssima do espírito de revolta que nas massas trabalhadoras prepondera. O nosso amigo dr. Campos Lima propôs-se, a convite de C. G. T., analisar as propostas de finanças do sr. Cunha Leal. O resultado dessa análise apresentou-o ontem, perante uma assistência numerosíssima, que absorveu ansiosamente as suas palavras, aplaudindo-as muitas vezes e pateando principalmente o seu acordo nas passagens em que o orador apresentava a luminosa verdade revolucionária, pondo-a em confronto com a mentira burguesa.

O teatro reunia os mais esforçados membros da família operária. A plateia regorgitava de elementos conhecidos e prestimosos. Os camaradas repletos apresentavam um aspecto inédito. A lotação regular do teatro foi excedida até os pontos máximos. E nenhuma *première* sensacional conseguiria chamar à ampla casa tão numerosa concorrência.

A apresentação

Por volta das quinze horas o camarada Manuel Joaquim de Sousa abriu a sessão. — A atitude da C. G. T., disse ele, não tem nenhum ponto de contacto com a atitude das forças vivas. A. G. T. reprovava as propostas de finanças por que elas viessem sobrecarregar as classes trabalhadoras, já duma maneira directa, pela aplicação de impostos que recaem sobre o exercício duma profissão, já duma maneira indirecta, visto que, as contribuições incidindo sobre as classes capitalistas serão endossadas ao proletariado. Observa-se no nosso país um profundo desequilíbrio económico; mas dele não foram responsáveis as classes laboriosas, que, pelo contrário, várias vezes demonstraram o seu desejo de colaborar na ressurreição económica do país.

— Sobre quem vão recair os impostos consignados nas propostas de finanças? — pergunta Manuel Joaquim de Sousa. — Vão recair, em última análise, sobre os consumidores. Ora a maioria dos consumidores pertence à classe operária. E os operários, que já há muito vivem numa situação difícil, verão essa situação mais agravada ainda com as propostas do sr. Cunha Leal. Se alguém deve pagar, é o comércio, é a finança, porque foram essas entidades que lucraram nos tempos da guerra. — Admitimos que o Estado tenha necessidade de aumentar as suas receitas. Por que modo? Não nos compete a nós indicá-lo. Mas as propostas de finanças representam uma tremenda injustiça. O sr. Cunha Leal havia sido convidado a comparecer nesta reunião. Mas verifica-se que está ausente. Nem por isso a conferência do dr. Campos Lima deixará de realizar-se para exposição duma análise das propostas há pouco apresentadas — concluiu Manuel Joaquim de Sousa apontando o conferente à assembleia.

A conferência

O conferente ao tomar a palavra declarou-se numa situação embaraçada, por ter de falar ali naquele teatro, um teatro normal cuja especial função é servir a arte. Entende que esse teatro deveria ser sempre resguardado das paixões políticas e exclusivamente destinado ao seu nobre objectivo. Assim não tem sucedido até hoje. Esse templo está de há muito profanado, não apenas pelo que de mau, em todos os tempos, por lá se tem representado, como pela sua adaptação por vezes a tablado de comédia. Mas está certo de que a C. G. T. ao trazer-lhe ali ao orador não quer com isso significar que, quando por ventura amanhã tiver esse teatro na sua posse, não como agora, por uma amável condescendência do sr. ministro da instrução, mas no mesmo título por que poderá vir a dispor d'outros edifícios públicos, o não venha a restituir a sua missão, levando para outra parte os seus propagandistas.

Considera melindrosa a sua situação por ter de fazer nesse lugar desastiosamente a singela exposição do que pensa, sobre aquela preocupação estética que a esse mesmo lugar conviria. De todos os assistentes dependia contudo que uma alta manifestação de beleza nesse mesmo recinto se produzisse e seria a da comunhão de espírito de todos, apesar de todas as divergências que os dividiam, procurando esse momento, com sinceridade, com amor à justiça, com o culto pela verdade, descontinuar a tendência, o caminho, a estrada luminosa que nos há de levar a uma sociedade melhor, de perfeição, de bondade e de união fraternal.

Não quer dar à sua palavra, ainda que tivesse quando para isso, a beleza sugestiva dos grandes tropos de retórica, agitar as profundas emoções patrióticas e levar os seus ouvintes, por esse determinismo especial que a arte produz, às perigosas ilusões da ideologia social, nem criar, diante da assistência o

romance maravilhoso dos mundos desconhecidos do futuro, embelezá-lo, fazer emfim uma obra de estética. Mas desejaria bem que aquele seu despretencioso discurso lembrasse um pouco uma espécie de monólogo de mestre Gil Vicente, em que passasse a impetuosa vibração da alma popular, com todas as suas aspirações e suas insofribis dores, monólogo recitado apenas com a intenção de para elas chamar o pensamento, não d'um rei, cujo domínio as sociedades modernas condenaram, mas d'aquelles que detem hoje o poder político e cuja primeira preocupação deveria ser a de auscultar o próprio povo.

Não vai fazer uma verdadeira conferência, carregada de citações, remendo as várias teorias de imposto, em que pretenciosamente se alardeasse erudição, isso a se poderia chamar uma lição de mestre. O sr. Cunha Leal poderia pois ter vindo ouvi-lo que, ele, orador, nenhum prazer teria em repetir a insólita e descabida impertinência com que um contradiutor do ministro das finanças se permitiu corrigir-lhe as suas propostas como se estivesse na aula a emendar-lhe um tema. O conferente não era ali senão o porta-voz da C. G. T., o seu intérprete e o seu trabalho seria assim um simples elemento de informação, produzido com lealdade e sinceridade. A sua apreciação das propostas de finanças teria um carácter de generalidade e contenderia principalmente com o sistema económico em que elas deveriam inspirar-se.

Friza que ao realizar aquela conferência não há nem da parte do orador nem da C. G. T. o propósito de hostilizar as instituições republicanas, acenando quasi conservadora e reacçãoária seria uma monarquia que agora se formasse. Também não há o propósito de colocar em cheque o sr. ministro das finanças, alinhando ao lado de quantas forças vivas tem procurado esmagá-lo sob o peso duma campanha de difamação, feita com o principal objectivo de evitar a aplicação duma imposta, a que precisamente as classes exploradoras não tem o direito de eximir-se. O ponto de vista operário não se confunde de maneira nenhuma com o critério burguês e capitalista e, discutindo as propostas do ministro, não negamos a necessidade de resolver a situação financeira. Apenas ela é para nós principalmente uma consequência de uma defeituosa organização económica e não pode já ter outra solução que não seja uma solução socialista.

Passa a fazer uma rápida análise das propostas de finanças, acentuando os pontos em que delas discorda a C. G. T. Aprecia o primeiro capítulo da proposta de um imposto de rendimento. Trata-se nesse capítulo da contribuição predial rústica e estabelecem-se duas cédulas que parece quererem corresponder a duas categorias económicas diversas.

Para quê? Para se lhe lançar um imposto diferente? Assim deveria ser visto que numa das categorias pode haver rendimento que não seja exclusivamente de trabalho e na outra há exploração agrícola feita em terra de que o ocupante tem de pagar renda ao proprietário. Contudo a taxa porque pagam as duas cédulas é a mesma, a não ser quando o proprietário esteja ausente por mais tempo do que um mês no estrangeiro: pagará a contribuição a dobrar. Parece pois que esta distinção em categorias de contribuintes foi apenas para fins burocráticos, para uma melhor metodização na arrecadação do imposto.

O operariado no rendimento, qual quer que ele seja, não vêsenão estas duas categorias económicas: rendimento de trabalho próprio e rendimento de especulação ou de exploração de trabalho de outrem. No capítulo pois a que o orador se refere deveria considerar-se o proprietário que recebe renda do prédio trabalhado por outrem e o rendimento que trabalha em terra que não é sua, por si e por pessoas da sua família. Deveria pagar por taxas diversas, uma mais violenta paga pelo que recebe as rendas e não produz, outra mais moderada paga pelo que trabalha e, além do imposto, tem de pagar a renda ao proprietário.

Haveria que distinguir ainda no rendimento do proprietário que com as pessoas da sua própria família cultiva a terra que possui, aquilo que em confronto com um rendimento representava um benefício, sendo esta parte considerada como renda e sofrendo a taxa mais elevada. A mesma se deveria estabelecer no rendimento do próprio rendimento quando explorasse assalariados por sua conta, submetendo uma parte do lucro ao imposto mais pesado.

Deveria estabelecer-se um mínimo não colectável, mas apenas para o rendimento de trabalho e não para o rendimento de exploração do trabalho de outrem. Esse mínimo deveria ser o salário médio das classes trabalhadoras, como sendo o indispensável para viver e não os 30 escudos anuais que a proposta indica nesse capítulo nem os 150 escudos que indica para o rendimento de trabalho industrial no Capítulo III.

Friza o conferente a circunstância de imposto proposto pelo sr. Cunha Leal, sendo um imposto progressivo, não ser aplicado ao todo o rendimento global dum indivíduo mas a diversos rendimentos globais, distribuídos por várias cédulas. Considera que, sendo o imposto progressivo um imposto com um carácter socialista, não deveria apli-

car-se senão calculado todo o rendimento de cada contribuinte. O que fosse rendimento de trabalho teria um mínimo não colectável, e para esse efeito e para suportar uma taxa mais moderada se distinguiria dos demais rendimentos. Exceptuam-se assim como medida transitória enquanto se não organizasse uma verdadeira assistência social os menores, as viúvas e os impossibilitados de trabalhar que não rendimento da segunda categoria seriam beneficiados com o mínimo não colectável. Para um caso dum proprietário de fábrica ou de qualquer outra exploração de trabalho, que ao mesmo tempo fosse um técnico deveria também estabelecer-se lhe um mínimo não colectável, se fosse impraticável determinar o quanto lhe deveria ser atribuído pela sua gerência técnica.

Que poderia resultar daqui de perigo social económico? Obrigam alguns parasitas que vivem dos seus rendimentos a trabalhar? Mas é precisamente o que é justo. E não se diga que isso seria a ruína das indústrias porque um tal imposto impõe sempre um rendimento livre das despesas de exploração, de reparação de utensílios e sua desvalorização. A nada disto atendeu o sr. Cunha Leal, apesar do seu radicalismo. Mas fez mais: cortou algumas garantias já conquistadas. Assim as cooperativas por estas propostas de lei especial passarão a pagar imposto visto que não são exceptuadas na enumeração taxativa que nela se faz dos estabelecimentos que ficam isentos. Sucede ainda que, como as outras sociedades anónimas sofrerão uma duplicação de impostos no lucro global pela cédula D e nos dividendos pela cédula F. Entende o conferente que é até muito justo aplicar um imposto aos dividendos das cooperativas, mas não o é em relação aos lucros que ficam em fundos de reserva para o seu desenvolvimento.

O operariado reclama pois um mínimo não colectável do rendimento de trabalho que não seja apenas o de 150 escudos mensais mas o da média do salário anual dos operários, indo esse mínimo aumentando pois à medida que os salários se forem elevando. Mas reclamam mais a garantia de que o imposto lançado aos industriais e aos proprietários não venha a repercutir-se contra o operariado que é a massa geral dos consumidores.

Essas garantias consistem em atribuir às cooperativas sem carácter capitalista ou a sindicatos de produção e de troca facilidades que lhes permitam fazer a regularização de preços e uma dotação que o Estado poderia fixar com parte da contribuição por transmissão de registo, por título gratuito, que tendo um verdadeiro carácter de expropriação deve ser toda aplicada no interesse colectivo, só assim se justificando. Por último referindo-se à impossibilidade em que porventura o sr. Cunha Leal se encontraria para fazer vingar um tal plano e atender a estas reclamações frisou a circunstância de a burguesia, quanto mais intransigente for e mais resistência oferecer à transformação social inevitável mais excitação irá produzindo na massa popular, tornando-a mais vingativa e com um mais desenfreado impulso destrutivo, de modo a própria burguesia será responsável. Porque da própria burguesia dependerá o maior ou menor grau de violência da revolução social.

A assistência, que numerosas vezes sublinhara com os seus aplausos as belas afirmações do dr. Campos Lima, coroou a sua conferência com uma ovação imponente e entusiástica. Manuel Joaquim de Sousa encerrou a sessão num discurso breve. E a multidão prorrompeu em vivas coloridos, cada alma vibrando sob o poderoso influxo do ideal...

Perseguições que peromejam

Foram ontem presos vários ferroviários do Sul e Sueste

Foram ontem presos e conduzidos para o calabouço n.º 3 os camaradas Estevão José Veiga, Manuel Entrado Júnior, Mateus da Cruz, António Martins, José Martins, Balbino Martins e Leopoldo Calapez, todos ferroviários.

No Barreiro, a casa de habitação do nosso camarada Pilotto, igualmente ferroviário, foi ontem assaltada pela polícia, que ali foi ao que parecia, prosseguindo a perseguição de mais um pedaço de pão, que violentamente lhe negaram.

Estamos fartos de ver ferir aqui o constrangimento que existe entre as palavras do presidente do ministério, ao subir ao poder, e os seus actos. Estes actos são indignos. Poucos governos tem perseguido o operariado, como este.

Se provocadora foi a atitude dos governos perante a greve, mais o tem sido depois desta terminada. Vê-se o propósito cruel de esmagar uma classe, de prolongar o sofrimento de muitas famílias. Bastantes vezes aqui temos dito, porque os factos o atestam, que o odio espalhado pelas autoridades não pode gerar, como movimento de reacção, senão o odio dos perseguidos.

Inúmeras vezes os governantes tem declarado que a sua missão é estabelecer a ordem, a paz, a concórdia. Actos destes não podem corresponder a um tal propósito. Não se fomenta a paz provocando a desordem, não se estabelece a ordem provocando elementos pacíficos.

Não protestamos contra as prisões porque seria gastar palavras e nada mais. Apenas registamos o facto, fazendo notar na situação e mostrando as conseqüências desastrosas, lamentáveis e não elásticas poderão levar o operariado

DO MUNDO NOVO...

A RÚSSIA POR DENTRO

(DA «ROSTA-WIEN»)

Cursos por iniciativa dos operários

MOSCÓVIA, 7. — Para concentrar todos os esforços no futuro da instrução pública, o commissariado da instrução pública constituiu um comité central do trabalho intelectual.

O comité central de educação profissional tomou medidas para que hajam em todas as oficinas, cursos organizados por iniciativa dos operários, cuja educação profissional tem necessidade de ser aperfeiçoada.

A protecção à criança

MOSCÓVIA, 7. — Até ao dia 1 de Novembro de 1920 existiam na Rússia 111 asilos para mães e filhos; 182 consultórios; 567 creches; 270 asilos para todas as crianças de tenra idade; 159 asilos para menores de três anos; 92 centros de distribuição de leite; 71 ambulâncias; 33 escolas ao ar livre para crianças tuberculosas; 34 escolas-sanatórios para crianças gravemente doentes; 50 colónias para crianças; 134 institutos para crianças fracas de espírito; 41 escolas para pequenos surdos-mudos e 15 para os cegos.

A repartição para a protecção da criança compreende de futuro um *bureau* para a protecção dos direitos da criança. E' este *bureau* que se incumbirá, entre outros assuntos, da luta contra a criminalidade infantil. O *bureau* propõe-se organizar uma «militia das crianças», cujos órgãos compostos de membros da Assistência Social, percorrerão as ruas, as *gares* e os mercados e conduzirão as crianças que se-

jam encontradas em má companhia a postos da milícia, donde serão transferidas para colónias ou outra instituição, criadas para preservar as crianças das doenças morais e físicas. A comissão dos mineiros, constituída no seio deste *bureau* examinará os casos de criminalidade infantil e decidirá os meios a empregar para fazer ao jovem criminoso um membro útil da sociedade.

Em Moscóvia acaba de ser ventida a realização do primeiro congresso pan russo da protecção à mãe e à criança.

A semana da criança na Ukraina deu muito bons resultados. Todas as forças pedagógicas e artísticas se puzeram, esta semana, ao serviço das crianças. O governo fez distribuir 200.000 *archines* (medida russa que corresponde a 71 centímetros) de pano pelas crianças. Os operários de Saratof, concertaram voluntariamente as construccões escolares. A que organiza em Astrakan deu dois milhões e meio de rublos.

A extração de hulha

MOSCÓVIA, 5. — Calcula-se que a extração de hulha atingirá este ano 78 milhões de puds, o que representa-

ta um progresso considerável se a compararmos com a dos anos anteriores.

As mentiras continuam

MOSCÓVIA, 7. — Ainda motins, ateados, etc.: As fábricas de notícias falsas não param de laborar. Se eles tivessem um pouco mais de espírito, esses pobres diabolos contra-revolucionários!

Mas sempre as mesmas novidades: sempre os mesmos marinheiros de Kronstadt que se revoltam e os camponeses da Ukraina que se insurgem contra o poder soviético, concordamos que é um pouco aborrecido. Será necessário desmentir estas mentiras? Mas os jornais capitalistas começam a enfiar-se e reconhecem-se, apesar de tudo, que a ordem reina na Rússia, cuja população laboriosa não pensa senão no trabalho e no resurgimento das suas forças productivas.

Uma grande fábrica de fatos à americana

MOSCÓVIA, 7. — O sindicato dos alfaiates do distrito de Gromenski, resolveu suprimir os pequenos *ateliers* e reuni-los às várias grandes oficinas. Uma grande fábrica de fatos à americana.

Envia-se trigo para a América

RIGA, 7. — O exercito vermelho de trigo para a Armenia soviética enviou há dias quarenta vagões.

A instrução publica na Russia branca

MINSK, 7. — Depois da ocupação da Rússia Branca pelo exercito vermelho, realizou-se um trabalho enorme no domínio da instrução publica. Na cidade de Bobrinsk foram abertas: uma universidade popular, 12 escolas primárias,

12 escolas secundárias, 2 asilos para crianças, 11 salas de leitura, 1 biblioteca central e 2 teatros. No distrito de Bobrinsk há 516 escolas, 2 clubs populares, 85 salas de leitura e 22 bibliotecas.

A produção de carvão e de ferro

MOSCÓVIA, 7. — Tchuibar, presidente do *bureau* industrial da Ukraina escreveu no *Economicheskaja Shisnj*: «O VIII Congresso dos Sovietes fixou o programa de produção para a mina Donetsk. O supremo órgão da republica resolveu utilizar todos os nossos recursos disponíveis para aumentar para 6 milhões de puds as extrações de carvão e até 25 milhões a produção de ferro. Pode-se facilmente chegar a 54 milhões de puds de carvão por mês, aumentando o numero de operários e tomando naturalmente cuidado no aproveitamento, que pode, no entanto, dizer-se vai melhorando constantemente.

A Letonia e a Russia soviética

RIGA, 7. — A imprensa oficial da Letonia salienta com satisfação as passagens do discurso de Lenine no VIII congresso soviético, relativas à Letonia. Lenine felicitava-se por ver dissipados os malentendidos entre a Rússia e a Letonia e faz notar a necessidade, que os dois países tem, de reatar o mais depressa possível, as relações comerciais.

A desmobilização parcial do exercito vermelho é comentada pela imprensa de Letonia, como sintoma de que a Rússia quer a paz.

Annuncia-se a fretomada das comunicações postais entre os dois países.

Reorganização de um sindicato

Na quinta-feira, reuniram em assembleia magna os operários marítimos e fluviais de Alameda com o fim de reorganizarem o seu sindicato.

Esta assembleia, que esteve concorridíssima, realizou-se nas salas da Associação dos Corticeiros, usando da palavra os camaradas Tomás S. Negócio, Pelágio Moreira e outros, que mostram com grande copia de argumentos as vantagens da associação e a necessidade de todos se organizarem para opor uma barreira às pretensões da classe patronal, que ainda há bem pouco, no seu congresso, demonstrou os seus fins reservados para os trabalhadores. Referiram-se também à forma de se prestar solidariedade às classes que veladamente, sendo levantados muitos votos à organização operária.

Foi nomeada a comissão administrativa, que ficou composta dos seguintes camaradas: Presidente, Tomás S. Negócio; Secretários, António Fernandes Júnior e António Silva; tesoureiro, Eduardo de Pinho; vogal, Pelágio Moreira.

Delibrou-se também sobre a reorganização do sindicato, e a participação por questões sociais, e a participação da reorganização do sindicato aos organismos locais, à F. M. e à C. G. T., assim como agradecer as camaradas corticeiras a cédula das suas salas.

A correspondência deve ser dirigida para a Associação dos Corticeiros de Alameda, em Mutela.

Hoje, pelas 14 horas, reúne o novo sindicato.

VER NA 2.ª PÁGINA:

O carácter dos três farçantes

DEBATE DE OPINIÕES

A Revolução sem ditadura

O enigma e a opressão

A comprovar o que disse sobre a nenhuma importância dada à liberdade individual, estão os dois decretos: dos direitos individuais e do regime de publicação. No primeiro não há nada que não tenha sido decretado em regime burguês, ditatorial ou não. E' o mesmo espírito, a mesma forma, dando-se com uma das mãos o que se tira com a outra. E' o reconhecimento dos direitos de cada um, como os tem entendido todos os governos e hão-de continuar a entender, sem o que não seriam governos. O indivíduo tem a liberdade de fazer tudo... que o governo permite.

De todos os decretos é este, o dos direitos individuais, o mais típico. Nada ali falta, apesar de conter apenas sete artigos: a inviolabilidade do lar e da correspondência garantida, mas havendo juízo, é claro; o direito de associação, mas sob a paternal fiscalização da autoridade, para ninguém se perder; até há a promessa de que todos aqueles direitos hão-de ser ampliados, e quando... ora, quando há-de ser quando acabar a ditadura!

No regime de publicação, a que se chama agora lei de liberdade de imprensa, cabe tudo em três, também curtos, artigos.

Tudo não; falta ali a fogueira para os livros heréticos. A omissão deve ser devida à necessidade de não destruir papel, de que há carência. (*) No decreto relativo à administração da justiça, aparecem «três homens bons» a fazerem justiça, quer dizer, a exercerem o direito, com penas de desterro. Há apelação para os tribunais provinciais. Mas quem julga, quem aplica a justiça, nestes tribunais? São outros *homens bons*, porque há apelação para esses tribunais? E afinal, o que veem a ser esses *homens bons*, se não se trata apenas de mais uma expressão que se foi buscar a uma terminologia arcaica, julgando-se talvez que o remédio está em voltarmos à justiça patriarcal de baixo duma árvore?

E' a continuação do mistério, do decreto-enigma, a dar a impressão já apontada: a de que, sendo preciso falar-se em certas reformas, se arrumou o caso conforme se pôde, tanto podendo ser aquilo como outra coisa. Assim legislava-se para toda a Europa, em todas as circunstâncias, livrando-se uma pessoa dos apuros... em que os outros depois se haviam de ver.

O decreto complemento do anterior e que trata «do regime prisional» dá

destino aos criminosos. E' decreto, em sete artigos, muito previdente, onde até não falta uma espécie de lei de fevereiro, que manda regenerarem-se para Angola, os que não estiverem de acordo com a ditadura.

Outro decreto-enigma é o que trata dos espectáculos públicos. São proibidas as peças pornográficas, as que deprimam o carácter da população e — se isto havia de falar! — as que possam servir a fins de opposição política ao regime vigente; proibidas as fitas políticas e as que propaguem princípios nocivos à educação das crianças e contrários à prática dos bons costumes; proibidas também as touradas e o *sport* violento.

Mas, ao que é *sport* violento, prática dos bons costumes, peças deprimentes do carácter, opposição ao regime... O que é isso? Quem definiu todas essas coisas, qual o critério que se segue, para avaliar se o espectáculo é bom ou mau?

A sarabanda em que, neste decreto, andam a moral e a higiene e a política! Sem falarmos da liberdade coitadinha, que mais uma vez era mimosaçada com uma corda em volta do pescoço.

Os decretos que vêm depois são os que podemos chamar os decretos-cómodos, os tais em que se encerra um conhecido técnico de fazer uma determinada coisa, como ele souber entender.

Em conclusão: da leitura do programa do governo revolucionário, imaginado por C. Rates, fica-nos a impressão de que, se aquela ditadura fosse um facto, o resultado, a breve trecho, seria o que aparece sempre onde falta liberdade e abunda a confusão, proveniente de se não saber, com precisão, o que se quer. E' uma fantasia legislativa que, a aplicar-se, resultaria uma tremenda tragédia.

(*) A este respeito dezoito, dizer que, discutindo há tempos com C. Rates, o seu decreto, mostrou-se ele partidário dum regime menos duro. Tendo-lhe eu dito que preferia ao seu decreto o que se conta de Frederico II da Prússia que dizia: «Eu fiz um contrato com o meu povo, ele diz tudo quanto quer e eu faço tudo que me apraz». Carlos Rates disse-me que achava o dito interessante e o perillava. E aqui está como um sindicalista revolucionário está de acordo com um rei absoluto!

AMANHÃ:

Estratégia sindical

Artigo de Carlos Rates

União dos Sindicatos Operários

Comissão administrativa

Para assunto urgente, reúne hoje, pelos 20 horas, a comissão administrativa deste organismo, pelo que devem comparecer todos os seus componentes

A acção da «briosa»

No número de terça-feira demos a notícia de terem sido bárbaramente espedaçados, por soldados da guarda republicana, os operários João Martins e Joaquim Clemente.

Sucede que João Martins faleceu no dia seguinte ao da agressão, em virtude dos maus tratos recebidos, e Joaquim Clemente está em casa gravemente enfermo com fractura no cráneo.

As autoridades não tem averiguado das causas de tão bárbaro assassinio, e o cadáver de João Martins encontra-se na casa mortuária do hospital de S. José, aguardando ordens de ser ou não autopsiado.

Ao que nos informam, aqueles dois operários eram excelentes chefes de família, deixando João Martins viúva e uma filhinha de 12 anos.

Na Irlanda

O inquilinato

Da União dos Inquilinos do Norte de Portugal receberam um telegrama felicitando-nos e apoiando-nos pela atitude que temos tomado em defesa dos inquilinos, a propósito do projecto de lei do inquilinato do actual ministro da justiça.

O apoio daquele organismo mais nos encoraja na campanha contra tal projecto, que em nada beneficia o público, visto que nesta tribuna estamos sempre dispostos, custe o que custar, a defender os direitos dos explorados, por quanto para outra coisa ela não foi criada.

Procurou-nos um grupo de inquilinos da Vila Celeste, queixando-se do respectivo senhorio que, por uma fórmula ardilosa, tenta aumentar-lhes as rendas, como já o pretendem fazer em Agosto passado.

Nessa altura procuraram o advogado do Conselho Jurídico da C. G. T., como agora novamente fizeram, não conseguindo o senhorio, sr. António Ribeiro, ver satisfeitas as suas pretensões.

E' necessário que todos os inquilinos se ponham alerta, não se deixando extorquir por senhorios gananciosos que a todos os momentos procuram enterrar as unhas aduncas naqueles que tem a desgraça de lhes cair na mão.

O desemprego na Inglaterra

UMA OPINIÃO DO «DAILY HERALD».

O jornal *Daily Herald*, órgão do partido trabalhista inglês, apresenta num dos seus números, várias propostas sobre a maneira de se resolver o grave problema da desocupação, acrescentando que a cura radical de todo esse mal só se conseguirá com a destruição do sistema capitalista.

No entanto, vamos aqui apresentar alguns dos seus palliativos:

Em primeiro lugar procurar o governo para dar-lhes trabalho nalgumas obras de Estado, como por exemplo na abertura de estradas. Depois, para aqueles que não dão consequência, conceder-lhes das 15.000.000 libras, que por mês se gastam com o exercito — 2 por semana para cada pessoa.

Restar ao mesmo tempo as relações comerciais com a Rússia e com a Alemanha, pois que os sofrimentos infligidos a essas nações estão-se reflectindo com a mesma intensidade na própria nação inglesa. E finalmente, para evitar isto no futuro, equanto se viver em regime burguês, exigir-se, que o operário trabalhado, ou esperando que lhe deem trabalho, continue a ganhar sempre do mesmo modo.

Está claro que todas estas medidas postas em prática, sempre tornariam um pouco mais suave a vida dos que se encontram agora sem trabalho, mas o caso é que a burguesia e os governos saídas dela só levados por uma acção mais enérgica é que se resolverão a fazer qualquer coisa a sério, e portanto, neste caso, em vez de se pedir sim, plesmente a satisfação de programas mínimos, exija-se tudo, porque a resistência será sempre a mesma, em ambos os casos.

Na Irlanda

A Inglaterra não abandona a táctica violenta

LONDRES, 16. — Sir Hamar Greenwood principal secretário para a Irlanda exprimi a esperança de que os primeiros ministros da Irlanda tornariam parte conjuntamente com os primeiros ministros dos domínios ultramarinos na conferência imperial que terá lugar em Londres em Junho. Declarou mais, que serão eleitos para a Câmara dos Comuns do Sul da Irlanda cento e vinte e oito membros cinquenta e dois para a Câmara dos Comuns da Irlanda do Norte.

O parlamento do norte tomará conta do governo do norte da Irlanda em qualquer eventualidade. No que diz respeito à Irlanda do sul se sessenta e quatro ou metade dos membros eleitos jurarem obediência ao rei a Câmara do Sul considerará-lhe não constituída. Se mais de metade recusar prestar juramento será aplicada à Irlanda do Sul o colónia da Coroa e a Irlanda do Sul será governada por um comité nomeado e por um conselho legislativo. O lord tenente da Irlanda formará governo com homens de um e outro parlamento. O norte e o sul terão o seu pessoal judiciário. — Rádio

Em Espanha

A greve dos funcionários causa perturbação

MADRID, 16. — A greve dos funcionários tem causado bastante perturbação.

Os altos funcionários ligaram-se com os funcionários inferiores. As pessoas que tem dinheiro a receber do Estado vêem-se na impossibilidade de o receber. A origem da greve foi o método de colocação de empregados que permitia que sem ter atenção pelas antiguidades empregados novos assumissem altos cargos nas escalas. — Rádio.

Partido comunista português

Reúne hoje, à hora do costume, a comissão organizadora do Partido Comunista Português.

REUNIÃO IMPORTANTE

MELHORES
casas e nos representantes
gal e Colónias
Mantua, Limitada
ancisco, 37—**LISBOA**

Francisco, 37-LISBOA